

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CBIA1

Em pleno momento de grandes transformações político-sociais, na segunda metade da década de 1970, quando já havia inclinações para a volta da democracia, o cantor e compositor Belchior anunciava que “o passado é uma roupa que não nos serve mais”. Os padrões de hoje já nos estabelecem estilos e modelos diversos daqueles que um dia adotamos como referência. Definitivamente, aquele que envergou a vestimenta outrora usada já não é mais a mesma pessoa e qualquer tipo de tentativa de reutilizá-la passará, necessariamente, pela realização de ajustes que se amoldem ao instante presente.

Velhos hábitos incorporados à nossa rotina devem, periodicamente, ser revisitados, a fim de que se tornem compatíveis com a realidade e a concretude do presente. Se, antes, a vasta cabeleira podia ser repartida ao meio, dando a quem a ostentava ares despojados e joviais, no tempo atual, para muitos, a escassez capilar obriga a adaptar o penteado. Nada adianta ficar de mal com a superfície que a imagem reflete. De qualquer forma, nada ou ninguém passa incólume pela ação do tempo, sem experimentar transformações de todas as naturezas.

Mudar é verbo que se conjuga em perfeita sintonia com viver e, essencialmente, compõe rima exata com adaptar. Ao descrever a teoria da evolução, Charles Darwin assentou que a sobrevivência não é assegurada pelo emprego da força, mas depende de mudanças adaptativas dos seres expostos às transformações constantes (paulatinas ou abruptas) do ambiente que os cerca.

O contexto estampado veicula um paradoxo. Se, por um lado, a marcha da mudança é via que não admite retorno, permitindo apenas momentos de variações rítmicas dos passos, mas sem nunca ser contida, por outro, ela aterroriza, chegando quase a paralisar o paciente da mutação. No entanto, não é o medo do escuro que vai impedir que a Terra gire, tampouco fará que a luz solar tome o lugar da noite pouco iluminada.

Fábio Túlio Filgueiras Nogueira. O tribunal de contas contemporâneo, o processo de transformação e a pandemia. In: Edilberto Carlos Pontes Lima (coord.). Os tribunais de contas, a pandemia e o futuro do controle. Belo Horizonte: Fórum, 2021, p. 245-254 (com adaptações).

Com base nas ideias do texto CBIA1, julgue os itens que se seguem.

- 1 Por meio do trecho “mas depende de mudanças adaptativas dos seres expostos às transformações constantes (paulatinas ou abruptas) do ambiente que os cerca” (terceiro parágrafo), o autor demonstra sua discordância parcial em relação à teoria darwinista da evolução.
- 2 De acordo com o texto, uma das transformações político-sociais verificadas na segunda metade da década de 1970 diz respeito aos padrões da moda.
- 3 Infere-se do primeiro parágrafo que atualmente há maior diversidade de estilos e modelos que na década de 1970.

- 4 O paradoxo mencionado no parágrafo final do texto está no fato de, por um lado, a marcha da mudança nunca ser contida, e, por outro, ela quase paralisar o paciente da mutação.
- 5 Conclui-se do último período do texto que a sensação de medo é inócua em relação à ocorrência de fatos que estão fora do controle do indivíduo.

Julgue os itens a seguir, referentes a aspectos linguísticos e ao vocabulário do texto CBIA1.

- 6 A correção gramatical do texto seria mantida caso o termo “às”, em “às transformações constantes” (segundo período do terceiro parágrafo), fosse substituído por **a**.
- 7 Caso o trecho “via que não admite retorno” (segundo período do último parágrafo) fosse reescrito como **via em que não se admite retorno**, a coerência das ideias do texto seriam mantidas, embora fossem alteradas as relações sintáticas entre os termos.
- 8 A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos se a forma verbal “estabelecem” (segundo período do primeiro parágrafo) fosse substituída por **impõe**.
- 9 No trecho “já não é mais a mesma pessoa” (terceiro período do primeiro parágrafo), a omissão da palavra “já” — **não é mais a mesma pessoa** — ou da palavra “mais” — **já não é a mesma pessoa** — não prejudicaria a coerência das ideias do texto.
- 10 No terceiro período do primeiro parágrafo, o segmento “a vestimenta outrora usada” funciona como sujeito da oração cujo núcleo é a forma verbal “passará”.
- 11 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso o pronome “os”, em “os cerca” (final do terceiro parágrafo), fosse empregado em posição enclítica, da seguinte forma: **cerca-os**.
- 12 No primeiro período do segundo parágrafo, a expressão “a fim de que” inicia oração que expressa a finalidade do que foi afirmado anteriormente no período.
- 13 A palavra “incólume” (último período do segundo parágrafo) está empregada com o mesmo sentido de **inalterado**.
- 14 A oração “que a sobrevivência não é assegurada pelo emprego da força” (segundo período do terceiro parágrafo) exerce sintaticamente a função de complemento da forma verbal “assentou”.

Julgue os seguintes itens de acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 15 São características esperadas de um texto oficial a clareza, a objetividade, a impessoalidade e a informalidade.
- 16 Redação oficial é a maneira pela qual a população deve redigir comunicações para se dirigir formalmente à administração pública.

A new scholarship aimed at developing the next generation of artificial intelligence “pioneers” will open to applicants in spring 2026, with the first cohort beginning studies the following autumn.

The Sparck AI scholarships, named after pioneering British computer scientist Karen Sparck Jones, will give master’s degree university students access to industry-leading firms as the Government looks to boost the UK’s AI credentials.

The University of Bristol will be one of nine universities to offer the fully-funded Government scholarship, alongside faculties in Newcastle, Manchester and Edinburgh.

The scheme has been developed in line with the Government’s “AI Opportunities Action Plan”, receiving more than £17 million of funding from Westminster, with the grant covering both students’ tuition and living costs.

Alongside master’s places, 100 scholars will receive placements in leading AI companies, as well as mentorship from industry experts. It is hoped the scholarships will give students “unparalleled access” to the fast-moving industry.

Vice-Chancellor Evelyn Welch said the scholarships would give Bristol the chance to “explore bold new ideas and nurture exceptional talent.” Technology Secretary Peter Kyle MP said he believed the scheme would help students secure “highly skilled jobs” and build “a workforce fit for the future.” AI talent acquisition firm Beamery said the scholarships would help their goal to create “equal access to work” and connect “talent to opportunity”.

Internet: <www.bbc.com> (adapted).

About the ideas and the linguistic aspects of the previous text, judge the following items.

- 17 The text suggests that the scholarship scheme will ultimately pave the way for strengthening links between academic research and practical applications.
- 18 The phrase “industry-leading firms” (second paragraph) could appropriately be replaced with **leading industrial companies**, as both convey equivalent meanings.
- 19 According to the text, one of the anticipated outcomes of the scholarship initiative is helping scholars obtain stable, specialised jobs.
- 20 The text mentions that the financial subsidy supporting the scholarship scheme is going to be refundable.
- 21 In the sentence “It is hoped the scholarships will give students ‘unparalleled access’ to the fast-moving industry” (second sentence of the fifth paragraph), the pronoun “It” refers back to the word “mentorship”, mentioned in the previous sentence.
- 22 In the fragment ‘unparalleled access’ (second sentence of the fifth paragraph), the word “unparalleled” could be replaced with **unmatched** without altering the meaning of the phrase.
- 23 It can be inferred from the text that the new scholarship scheme will undoubtedly achieve its goal of developing the next generation of AI groundbreakers.

Acerca da ordem social no Estado constitucional democrático, julgue os itens a seguir.

- 24 As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- 25 Ao reconhecer aos povos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, a Constituição Federal de 1988 assegura aos povos indígenas direitos fundamentais, com as consequentes garantias inerentes à sua proteção, quais sejam, cláusulas pétreas, anteparo em face de majorias eventuais, interpretação extensiva e vedação ao retrocesso.
- 26 O procedimento administrativo demarcatório possui natureza constitutiva, razão pela qual ele confere aos povos indígenas a titularidade definitiva dos direitos territoriais.
- 27 São consideradas cruéis, para fins de proteção constitucional ao meio ambiente, manifestações culturais com animais registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, ainda que haja lei específica que garanta o bem-estar dos animais envolvidos nessas práticas.
- 28 Ao conferir à coletividade o direito-dever de tutelar e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição Federal de 1988 exige a participação popular na administração desse bem de uso comum e de interesse de toda a sociedade.

Em relação a direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e partidos políticos, julgue os itens que se seguem.

- 29 É vedada a cassação de direitos políticos, mas não sua perda ou suspensão.
- 30 A suspensão dos direitos políticos caracteriza-se pela temporariedade, pois é possível que o titular volte a exercê-los no futuro, enquanto a perda desses direitos é definitiva, sem possibilidade de re aquisição.
- 31 A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto, secreto, obrigatório e com valor igual para todos, características estas protegidas por cláusula pétrea.
- 32 A admissão, pelo Supremo Tribunal Federal, das candidaturas avulsas para eleições majoritárias justifica-se em razão de a filiação partidária não ser constitucionalmente prevista como condição de elegibilidade.
- 33 Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que previamente autorizados pela autoridade competente e desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

	A	B
1	Cargo	Quantidade de Inscritos
2	Analista de TI	120
3	Administrador de Redes	85
4	Desenvolvedor Java	200
5	Suporte Técnico	65
6	Segurança da Informação	90
7	TOTAL	560

Com base na planilha precedente, elaborada no MS Excel 365, julgue o próximo item.

- 34 A fórmula a seguir retorna 185, que corresponde à soma de inscritos apenas nos cargos Analista de TI e Suporte Técnico.

=SOMAR(FILTRAR(B2:B6;(A2:A6="Suporte Técnico")+(A2:A6="Analista de TI")))

A respeito do Google Chrome, de redes sociais, de modelos de computação em nuvem e do gerenciamento de pastas e arquivos no Windows, julgue os itens a seguir.

- 35 Redes sociais como o Instagram utilizam algoritmos que se baseiam no histórico de interações para personalizar o *feed* dos usuários, sem influência de anúncios pagos.
- 36 No Windows, a estrutura hierárquica de pastas permite o gerenciamento de permissões de acesso de forma independente para cada subpasta, inclusive dentro de um mesmo diretório.
- 37 Com o Google Chrome, é possível instalar extensões como tradutores ou bloqueadores de anúncios e sincronizar os favoritos do usuário em qualquer dispositivo com uma conta Google.
- 38 No modelo de computação em nuvem SaaS (*software as a service*), o consumidor tem controle sobre a infraestrutura de rede, os servidores e o sistema operacional, sendo responsável pela instalação, configuração e manutenção das aplicações fornecidas pelo provedor.

A respeito de procedimentos de *backup* e armazenamento de dados em nuvem (*cloud storage*), julgue os itens subsecutivos.

- 39 O armazenamento de dados em nuvem elimina os riscos de segurança que normalmente ocorrem em ambientes tradicionais, como ameaças internas, violação e perda de dados, *phishing*, *malware*, ataques DDoS e APIs vulneráveis.
- 40 No âmbito da administração pública, é recomendável que o armazenamento de *backups* de dados críticos seja realizado preferencialmente em infraestrutura interna à organização, de modo a garantir maior controle físico e facilitar a recuperação imediata dos dados em caso de falhas locais.

Com fundamento no Regimento Interno do TCU (Resolução TCU n.º 155/2002), julgue os itens que se seguem, referentes aos órgãos do tribunal e a competências.

- 41 O presidente do TCU pode delegar algumas de suas atribuições administrativas, como, por exemplo, a assinatura de acordos de cooperação e a publicação do relatório de gestão fiscal exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 42 Cada câmara do TCU será composta por quatro ministros, indicados pelo presidente do tribunal, sendo possível a permuta ou remoção deles, a pedido dos próprios, para outra câmara, desde que haja a anuência do Plenário.
- 43 Compete ao Plenário do TCU deliberar sobre o relatório de auditoria operacional, bem como sobre a prestação e tomada de contas especial.

Com base no que o Regimento Interno do TCU dispõe acerca do processo em geral, do controle externo e dos instrumentos de fiscalização, julgue os itens subsecutivos.

- 44 No caso de contas julgadas irregulares, a decisão definitiva publicada constituirá a obrigação do responsável de comprovar, no prazo de trinta dias, perante o TCU, o pagamento da quantia correspondente ao débito que lhe tiver sido imputado ou da multa cominada.
- 45 No caso de empate em julgamento no Plenário, o processo será retirado de pauta e reincluído na próxima sessão, cabendo ao ministro relator adotar medidas para que o colegiado esteja composto com a totalidade do quórum de nove ministros ou ministros-substitutos convocados, aptos a votar, reiniciando-se, assim, a votação.
- 46 As provas produzidas pelas partes devem ser apresentadas, sempre que possível, de forma documental, inclusive as declarações pessoais de terceiros.
- 47 A falta de manifestação do Ministério Público em processo no qual a sua intervenção seja obrigatória gera nulidade a partir do momento em que esse órgão deveria ter-se pronunciado.
- 48 Quando houver mais de um responsável pelo mesmo fato, a defesa apresentada por um deles aproveitará a todos, mesmo ao revel, no que concerne às circunstâncias objetivas, e não aproveitará no tocante aos fundamentos de natureza exclusivamente pessoal.
- 49 Não é admitida sustentação oral no julgamento de agravo e de medida cautelar.
- 50 A auditoria é o instrumento destinado a subsidiar a apreciação dos atos sujeitos a registro, suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas e apurar denúncias ou representações.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca das abordagens teóricas da administração e da evolução da administração pública no Brasil, julgue os seguintes itens.

- 51** A primeira experiência de reforma de longo alcance da administração pública brasileira originou a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que funcionava apenas no âmbito da União, sem interferência ou influência nas unidades federadas.
- 52** Dentro de um sistema burocrático, a mudança deve operar-se de baixo para cima e ser universal, isto é, deve afetar o conjunto da organização como um todo.
- 53** O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado tinha como proposta explícita inaugurar a chamada administração gerencial e partia da premissa de que a crise latino-americana era uma crise do Estado.
- 54** A autoridade legal, típica da organização burocrática, é um tipo de dominação legítima que depende da criação de normas legais no seio de um grupo e do acordo entre os membros do grupo para sujeitá-los aos ditames do sistema legal.

A respeito da gestão de processos, gestão da qualidade e modelos de excelência gerencial, julgue os itens subsecutivos.

- 55** A estratégia da melhoria contínua da gestão, também conhecida como melhoria contínua ou ciclo PDCA, baseia-se em uma atividade cíclica e constante que segue estas quatro etapas consecutivas: elaboração do plano de melhoria da gestão; avaliação da gestão; acompanhamento e avaliação do plano de melhoria da gestão; e reavaliação da gestão.
- 56** São marcos da evolução do programa GESPÚBLICA desde a sua concepção em 1990: o subprograma da Qualidade e Produtividade na Administração Pública, focado na gestão de processos; o Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública, com maior atenção à gestão de resultados; o Programa da Qualidade do Serviço Público, voltado à qualidade do atendimento ao cidadão; e o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, cujo objeto principal é a gestão por resultados orientada ao cidadão.
- 57** BPMN (*Business Process Modeling Notation*) é um padrão para a modelagem de processos que possui um modelo único de diagrama no qual estão dispostos apenas quatro elementos de modelagem: atividades, eventos, decisões e rotas.
- 58** No BPMN (*Business Process Modeling Notation*), a figura de um círculo representa uma atividade, que consiste no trabalho a ser executado em um processo, enquanto a figura de um losango representa um evento, ou seja, algo que ocorre durante um processo.
- 59** Segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira, protagonista da implementação da nova administração pública no Brasil, esse novo modelo se diferencia da administração pública burocrática por seguir princípios do gerencialismo, visando, entre outros objetivos, à melhoria das decisões estratégicas do governo e da burocracia e à garantia da democracia por meio da prestação de serviços públicos orientados para o cidadão-cliente e controlados pela sociedade.

Em relação ao levantamento de estilos motivacionais, julgue os itens a seguir.

- 60** Para as pessoas cujo principal norteador de comportamento motivacional é o da ação, é importante ter autonomia, porém elas não se sentem motivadas quando desafiadas a comprovar a própria eficiência ou quando postas para desenvolver atividades variadas.
- 61** Para os indivíduos com orientação motivacional participativa, a promoção do desenvolvimento dos talentos das pessoas com as quais trabalha consiste em situação geradora de satisfação, enquanto o tratamento impessoal se traduz em insatisfação motivacional.

Julgue os itens subseqüentes, relativos à função de controle na administração pública e à gestão de projetos.

- 62** Em alguns ambientes de projeto, o cliente ou usuário final se envolve com a equipe do projeto para revisão e *feedback* periódicos.
- 63** Tendo em vista que as organizações esperam que os projetos entreguem resultados, além de produtos e artefatos, os gerentes de projeto devem entregar projetos que criem valor para a organização e as partes interessadas, no contexto do sistema por entrega de valor da organização.
- 64** O controle deve ser desenvolvido por todos os órgãos do aparelho do Estado e pela iniciativa privada, quando no exercício de função estatal, mesmo que em regime de colaboração.
- 65** Uma estrutura adequada de controle pode prescindir da ação individual do cidadão, desde que seu sistema esteja bem consistente e preparado para o exercício de tal função.

Caio apresentou requerimento administrativo perante determinada autarquia federal. No exercício de seu cargo comissionado, João, autoridade competente para a prática do ato, manteve-se inerte, gerando, assim, prejuízo a Caio, que, então, ajuizou ação judicial, requerendo indenização pelo prejuízo causado em virtude da omissão de João.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 66** A possibilidade de responsabilização do Estado por atos praticados por seus agentes públicos no exercício da função não alcança os atos omissivos.
- 67** Se Caio promover ação judicial de obrigação de fazer em face da autarquia federal com o objetivo de ser providenciada a resposta ao requerimento apresentado na esfera administrativa, essa medida, caso julgada procedente, resultará em controle administrativo.
- 68** Autarquia é entidade descentralizada da administração pública indireta com personalidade jurídica de direito público.
- 69** Dada a presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos, cabe a Caio o ônus de comprovar o alegado prejuízo decorrente da omissão de João.
- 70** Ato comissivo ou omissivo de João é considerado ato administrativo, mesmo que ele não exerça cargo público efetivo.

Devido a inviabilidade de competição, determinado Ministério de Estado realizou a contratação direta de empresa privada para prestação de serviços. No decorrer da execução do contrato, a empresa descumpriu cláusula contratual, o que foi comprovado em processo administrativo, e foi-lhe aplicada multa contratual, mas ela apresentou recurso, alegando ausência de contraditório. Foi negado provimento a tal recurso, então a empresa interpôs novo recurso, dirigido à autoridade superior da autoridade julgadora.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 71** A aplicação da multa contratual configura exercício do poder administrativo disciplinar.
- 72** A apreciação do segundo recurso representa controle administrativo fundamentado no poder hierárquico.
- 73** No caso, a contratação direta deve ter sido realizada por dispensa de licitação.
- 74** Ministério de Estado é órgão público sem personalidade jurídica.
- 75** A apreciação do primeiro recurso administrativo apresentado pela empresa contratada configura exercício do poder de polícia administrativo.

Determinado órgão público federal celebrou contrato administrativo com entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado cujo capital social é integralmente público, para contratação de obras e serviços especiais de engenharia. O critério de julgamento das propostas foi o de maior desconto, e a análise das propostas foi feita de forma técnica e imparcial, com base em critérios objetivos.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 76** A análise das propostas feita de forma imparcial e técnica baseia-se no princípio do julgamento objetivo.
- 77** Maior desconto é o critério de julgamento das propostas destinadas a contratos de eficiência, em que o contratado busca gerar economia para a administração pública.
- 78** O órgão público que firmou o contrato integra a estrutura desconcentrada da administração pública federal.
- 79** A modalidade de licitação mais adequada à hipótese é o pregão.
- 80** O contrato foi celebrado com sociedade de economia mista.

À luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens que se seguem.

- 81** O princípio da motivação nas licitações públicas associa-se à necessidade de se substituírem a improvisação e o empirismo por métodos planejados e testados, com vistas à otimização do uso de recursos e à minimização de riscos.
- 82** Embora não se aplique à concessão e permissão de uso de bens públicos, a referida lei é aplicável à alienação e concessão de direito real de uso de bens.

Com base na Instrução Normativa n.º 5/2017 da Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, julgue os itens seguintes.

- 83** Na contratação de instituição sem fins lucrativos, o serviço contratado deve ser executado obrigatoriamente pelos profissionais integrantes dos quadros funcionais da instituição.
- 84** É vedada aos servidores públicos a prática de atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo do direcionamento da contratação de pessoas para a composição de sua equipe de trabalho.

Julgue os itens subsequentes, acerca do acompanhamento de execução dos contratos administrativos.

- 85** Para definir a produtividade de referência contratual, deve-se atentar para os fatores que estejam fora do controle do prestador e que possam interferir no atendimento das metas, bem como para o uso de indicadores complexos e sobrepostos.
- 86** A execução dos contratos deve ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas.

A respeito dos papéis do fiscalizador do contrato e do preposto da contratada, julgue os itens a seguir.

- 87** Conforme a natureza dos serviços, pode-se exigir a manutenção do preposto da contratada no local da execução do objeto, bem como estabelecer sistema de escala semanal ou mensal.
- 88** Para o exercício da função de fiscalização, são suficientes as cópias dos estudos preliminares, do edital e seus anexos, fornecidos pelo setor de licitação e contratos da organização aos fiscais do contrato.

Julgue os próximos itens, em relação ao registro e notificação de irregularidades e aplicação de penalidades e sanções administrativas.

- 89** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela contratada pode ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 90** Em caso de início de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra devem oficiar, precipuamente, o Ministério da Fazenda.

Durante auditoria realizada pelo TCU em determinado órgão federal, foram analisados os demonstrativos fiscais referentes ao exercício de 2024. Os dados apresentados indicaram receita corrente líquida de R\$ 100 milhões, receitas primárias totais de R\$ 95 milhões, despesas primárias de R\$ 88 milhões, receitas de operações de crédito de R\$ 8 milhões e despesas com juros e encargos da dívida de R\$ 4 milhões.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os itens subsequentes.

- 91** De acordo com a metodologia “abaixo da linha” para a apuração do resultado fiscal, considera-se a variação da dívida fiscal líquida, sendo esta necessariamente equivalente ao resultado obtido pela metodologia “acima da linha” quando não há discrepâncias estatísticas.
- 92** Para fins de cálculo do resultado primário pelo método “acima da linha”, devem ser consideradas exclusivamente as receitas e despesas primárias, sendo vedada a inclusão de receitas de operações de crédito no cômputo.
- 93** O resultado nominal do órgão, considerados o superávit primário e as despesas com juros, apresentou déficit de R\$ 3 milhões, o que indica aumento do endividamento líquido.
- 94** Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o resultado primário mínimo deve ser fixado na lei de diretrizes orçamentárias, podendo ser alterado durante o exercício mediante justificativa técnica e aprovação do Poder Legislativo.

Julgue os itens seguintes, à luz das normas de execução orçamentária.

- 95** A liquidação da despesa somente poderá ser efetivada após a verificação do direito adquirido pelo credor, mediante apresentação dos documentos comprobatórios da entrega dos bens conforme especificações contratuais.
- 96** O empenho da despesa deve ocorrer obrigatoriamente antes da realização do procedimento licitatório, garantindo-se a reserva orçamentária necessária para o cumprimento da obrigação assumida.
- 97** Caso seja identificado erro no valor empenhado, sendo este superior ao valor da obrigação efetivamente assumida, deve-se proceder ao cancelamento parcial do empenho, com a consequente liberação do saldo orçamentário excedente.

Durante análise das contas anuais de determinado órgão federal, o TCU constatou a existência de empenhos não liquidados em 31 de dezembro de 2024, no valor total de R\$ 2.500.000, bem como despesas relativas a exercícios anteriores que não foram adequadamente processadas. A administração apresentou justificativas técnicas para a manutenção de parte desses valores como restos a pagar.

Com base nessa situação hipotética e na legislação aplicável, julgue os itens a seguir.

- 98** Despesas de exercícios anteriores devidamente reconhecidas e processadas conforme legislação específica podem ser pagas à conta de dotações orçamentárias vigentes, desde que classificadas no elemento de despesa apropriado.
- 99** O cancelamento de restos a pagar por insuficiência de dotação orçamentária constitui receita orçamentária do exercício em que ocorrer, devendo ser registrado como receita de capital quando originário de despesas de investimento.
- 100** A prescrição quinquenal dos restos a pagar não processados implica automaticamente a extinção da obrigação pelo ente público, vedada qualquer forma de pagamento posterior.
- 101** Os empenhos não liquidados até 31 de dezembro e que atendam aos requisitos legais de validade devem ser automaticamente inscritos em restos a pagar não processados, independentemente de análise individual da administração.

Julgue os próximos itens, tendo como base as normas de controle interno.

- 102** A responsabilidade solidária entre o ordenador de despesa e o responsável pela conformidade documental subsiste por prazo de dez anos, contados da data da aprovação das contas pelo órgão de controle externo competente.
- 103** A ausência de conformidade documental em processo de despesa constitui irregularidade que impede o prosseguimento da execução, devendo ser sanada antes da efetivação do pagamento ao credor.
- 104** O rol de responsáveis deve ser mantido permanentemente atualizado, incluindo-se todos os ordenadores de despesa e demais servidores com atribuições relacionadas à gestão de recursos públicos.
- 105** A conformidade documental deve ser atestada diariamente pelo responsável designado, abrangendo todos os documentos de receita e despesa processados no período, sendo vedada a delegação dessa atribuição.

Acerca do conceito, tipos e formas de controle, julgue os itens a seguir.

- 106** O controle concomitante ocorre durante a execução de um ato ou processo administrativo, tendo como principal vantagem a possibilidade de correção de rumos antes da sua finalização, o que minimiza danos e irregularidades.
- 107** O controle de mérito, também conhecido como controle de conveniência e oportunidade, é diretamente exercido tanto pelo controle interno quanto pelo controle externo, sendo-lhe pertinente a revisão de atos discricionários da administração pública.
- 108** O controle interno é prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário, visando à regularidade e eficiência de suas atividades.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao controle parlamentar e ao controle administrativo.

- 109** O controle administrativo, inerente à própria administração pública, pode ser exercido de ofício ou mediante provocação de terceiros e abrange tanto a análise de legalidade quanto a de mérito do ato ou da conduta administrativa.
- 110** Dado o princípio da autotutela, que embasa o controle administrativo, a administração pública tem o poder-dever de anular seus próprios atos eivados de ilegalidade, mas não de revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade.
- 111** A instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) no âmbito do Congresso Nacional exige a aprovação da maioria absoluta dos membros de cada uma das casas (Câmara dos Deputados e Senado Federal), além da indicação de fato determinado e prazo certo de duração.
- 112** Uma das prerrogativas do Congresso Nacional, no exercício do controle externo, é a possibilidade de sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Julgue os próximos itens, relacionados ao contencioso administrativo e ao sistema de jurisdição una.

- 113** A criação de um tribunal administrativo com poder de julgamento definitivo, cuja decisão impedisse a revisão judicial sobre o mérito do ato, seria compatível com o sistema brasileiro de controle da administração pública, desde que a Constituição Federal fosse alterada para prever expressamente essa competência excepcional.
- 114** No sistema brasileiro de jurisdição una, a existência de um processo administrativo prévio e exauriente, com trânsito em julgado na esfera administrativa, impede a posterior apreciação da matéria pelo Poder Judiciário, ressalvadas as hipóteses de vícios insanáveis de legalidade.

No que se refere ao controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro, julgue os seguintes itens.

- 115** A anulação de um ato administrativo pelo Poder Judiciário possui, em regra, efeitos *ex nunc*, ou seja, a partir da decisão judicial, sendo preservados os efeitos já produzidos pelo ato enquanto este esteve em vigor.
- 116** Todo cidadão tem o direito de buscar a revisão judicial de qualquer decisão, se entender que seu direito foi lesado ou ameaçado.

A respeito do controle da atividade financeira do Estado e do controle exercido pelos tribunais de contas, julgue os itens que se seguem.

- 117** A fiscalização do TCU abrange, além dos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, a avaliação da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia dos atos de gestão, podendo, inclusive, proceder à fiscalização de operações de natureza sigilosa.
- 118** As prerrogativas dos tribunais de contas de determinar a indisponibilidade de bens e de aplicar sanções a gestores públicos elevam tais tribunais à condição de órgãos do Poder Judiciário para a eficácia de suas decisões, dispensando-se a homologação judicial para a execução de suas deliberações.
- 119** No Brasil, o sistema de controle interno de cada Poder da República tem como uma de suas atribuições precípua apoiar o controle externo, fornecendo informações e realizando auditorias, mas sem competência para aplicar sanções aos responsáveis por irregularidades financeiras.
- 120** O principal objetivo do controle da atividade financeira do Estado é assegurar que a arrecadação de receitas e a realização de despesas públicas ocorram em conformidade com as leis e os princípios da administração pública, como os de legalidade e economicidade.
-

Espaço livre
